



## ESTADO NACIONAL, RACIONALIDADE MODERNA E GÊNERO

### *NATION STATE, MODERN RATIONALITY AND GENDER*

Simone Rosiane Corrêa Araújo<sup>1</sup>

Marcelo Brito<sup>2</sup>

Heidy Cristina Boaventura Siqueira<sup>3</sup>

### RESUMO

Meu objetivo nesse estudo foi apresentar os conceitos vigentes de sexo e gênero como produtos da racionalidade eurocêntrica hegemônica moderna destacando a natureza histórica, política e colonial dessas categorias. Busquei discorrer sobre o seu emprego como tecnologias que serviram ao projeto de Estado nacional idealizado pelo pensamento eurocêntrico moderno explicitando, assim, a intrínseca relação entre sexo, gênero e poder. Quanto ao recorte temporal, considerei processos históricos desencadeados a partir do século XV que determinaram o nascimento das concepções sobre sexualidade e gênero que temos ainda hoje. A pergunta que norteou meus estudos foi: qual a relação entre os projetos idealizados pelo pensamento hegemônico eurocêntrico de Estado nacional, sistema de produção e desenvolvimento e a compreensão que temos ainda hoje sobre sexo e gênero? O marco teórico principal da minha pesquisa foi o conceito de sistema moderno colonial de gênero trazido por Maria Lugones, que soma os debates sobre colonialidade do gênero às discussões sobre colonialidade de poder, de saber e do ser.

**Palavras-chave:** Colonialidade; Estado; Gênero; Poder; Modernidade.

### ABSTRACT

The purpose of this study is to represent the current prevailing notions of sex and gender as a result of the modern hegemonic eurocentric rationality, highlighting the historical, political and colonial nature of these categories. This research explores their usage as technologies exploited in benefit of the nation state idealized by modern eurocentrism, hence the intrinsic correspondence between sex, gender and

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES. [simonercaraujo76@gmail.com](mailto:simonercaraujo76@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES. [professormarcelob@gmail.com](mailto:professormarcelob@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES. [heidycristina@adv.oabmg.org.br](mailto:heidycristina@adv.oabmg.org.br).



power. Regards the time frame, it was considered the historical processes unleashed from the 15th century onwards, which established the sexuality and gender definitions known to date. The question which guided the studies was: in which way is the eurocentric-designed ideas of nation state, production system and development connected with the ongoing understanding of sex and gender? The main theoretical foundation of this investigation is Maria Lugones' concept of a modern colonial gender system, which integrates debates on gender coloniality with those on coloniality of power, knowledge and being.

**Keywords:** Coloniality; Nation; Gender; Power; Modernity.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante os meses de março a junho de 2021 cursei a disciplina Teorias do Desenvolvimento Social II no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Dentre as abordagens elencadas na ementa do plano de ensino da disciplina me chamou a atenção a proposta de discussões sobre a emergência de organizações sociais e novas possibilidades emancipatórias de desenvolvimento social. Isso porque o tema central da minha pesquisa de doutoramento se refere ao gênero e à sexualidade como condições inerentes à dignidade humana e, portanto, fatores indispensáveis a qualquer debate sobre desenvolvimento humano.

Ao final do semestre, após estudar os diversos autores e teorias que discutem o desenvolvimento social e, sobretudo aquelas que propõem novas perspectivas para se pensar o desenvolvimento, maior certeza eu tive sobre o papel determinante do gênero como marcador indispensável à compreensão das estruturas sociais, políticas e econômicas do Estado. Pude concluir também que o surgimento dos conceitos binários, dicotômicos e colonizadores de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram construídos por meio dos mesmos processos de colonialidade do poder, do saber e do ser dos quais nasceram os conceitos de sexo e gênero.

Permitam-me explicar meu argumento. Estou considerando que a institucionalização global do desenvolvimento teve início em 20 de janeiro de 1949



com o fatídico discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que definiu a maior parte do mundo como “áreas subdesenvolvidas” instaurando com sua fala uma exigência global de difusão do modelo de sociedade norte-americano, herdeiro de muitos valores europeus. Os estadunidenses, no intuito de consolidar sua hegemonia e torná-la permanente, firmaram as bases conceituais da ideia de desenvolvimento entendido como progresso linear e expresso em termos de crescimento econômico. A partir de então todas as sociedades teriam de percorrer a mesma trilha.

Ao usar a palavra subdesenvolvimento, Truman ressignificou a ideia de desenvolvimento criando um símbolo que se referia na verdade à era da hegemonia estadunidense. O discurso presidencial instituiu uma nova percepção do “eu” e do “outro” levando milhões de pessoas a se transformar no inverso de uma imagem alheia e redefinindo as suas identidades: agora elas eram subdesenvolvidas.

Entendo, portanto, que se tratou do exercício de um poder colonizante que ditou o destino necessário e inevitável de povos diversos. Desde 1949 foi estabelecida e consolidada uma estrutura de dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia. O “desenvolvimento” se transformou no destino comum da humanidade, uma obrigação inegociável que legitimou programas de interferência nos assuntos internos dos países periféricos ou subdesenvolvidos.

Nesse trabalho eu apresento algumas relações que consegui estabelecer entre minhas pesquisas sobre o processo de colonialidade do sexo e do gênero e os estudos realizados sobre as teorias do desenvolvimento social. Procuo demonstrar que, assim como aconteceu com a ideia de desenvolvimento, as noções de sexo e gênero também surgiram como produto da dominação colonialista.

Meu objetivo nesse estudo é apresentar as categorias sexo e gênero como produtos da racionalidade eurocêntrica hegemônica moderna, aqui entendida como um complexo cultural regional que se tornou paradigma universal de conhecimento e das relações de poder graças à colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero. O que eu quero destacar é a natureza histórica, política e colonial dessas categorias, analisando o seu emprego como tecnologias que serviram ao



projeto de Estado nacional e de desenvolvimento cunhado pelo pensamento eurocêntrico moderno explicitando, enfim, a intrínseca relação entre sexo, gênero e poder.

Quanto ao recorte temporal, adotei a compreensão de modernidade trazida pelos teóricos decoloniais (Quijano (1992), Mignolo (2005), Dussel (1993), Lugones (2008), segundo a qual a modernidade e a construção do sistema-mundo moderno tiveram início no século XV com a chegada do colonizador à América Latina. Assim, para as discussões pretendidas serão considerados os processos históricos desencadeados a partir desse período e que se relacionam com o nascimento das noções sobre sexualidade e gênero que subsistem ainda hoje.

As perguntas que nortearam minhas análises foram: o que aconteceu durante o período histórico em questão que produziu a compreensão sobre sexo e gênero? Qual a relação entre os projetos idealizados pelo pensamento hegemônico eurocêntrico de Estado nacional, sistema de produção e desenvolvimento e a compreensão que prevalece ainda hoje sobre sexo e gênero? A fim de responder as questões propostas, busquei compreender como se estabeleceu a relação hegemônica de poder imposta pelo colonizador por meio do colonialismo e da colonialidade e, sobretudo, como a colonialidade do poder, do saber e do ser produziram subjetividades fazendo surgir categorias como raça, classe e gênero.

O texto está organizado da seguinte forma: faço inicialmente uma breve introdução às ideias de Joan Scott (1990) numa articulação com o pensamento de Bourdieu (1990) sobre o Estado, a fim de fundamentar a minha defesa do gênero e da sexualidade como fatores essenciais à compreensão do Estado e das relações de poder. Apresento, a seguir, uma sucinta contextualização histórica para marcar a delimitação temporal das discussões que proponho e, também, para adentrar na temática da decolonialidade. Passo então às explicações sobre os conceitos de colonialismo, colonialidade e geopolítica do conhecimento. Minha intenção é mostrar como operou a colonialidade do poder, do saber e o do ser na formação e consolidação do padrão hegemônico do sexo e do gênero. Enfim, discorro sobre o sistema moderno colonial de gênero proposto por Maria Lugones, cujo objetivo foi ampliar as análises sobre os efeitos da lógica opressiva da modernidade



eurocêntrica colonial sob a perspectiva do gênero. Assim, a colonialidade de gênero – objeto central dessa discussão – será apresentada como uma categoria própria de exercício do poder fundamentado em imposições ideológicas da modernidade e aceitas, no entanto, como naturais.

Ao longo do estudo pesquisei a origem e a fundamentação das concepções naturalizantes da ordem hierarquizada, binária e dicotômica estabelecida. Minha análise partiu da hipótese de uma construção histórica e discursiva determinada pelo conhecimento produzido para legitimar o processo de dominação hegemônica característico da modernidade.

O marco teórico do meu estudo foi o conceito de sistema moderno colonial de gênero trazido por Maria Lugones (2008), que somou aos conceitos de colonialidade de poder, de saber e do ser a discussão sobre a colonialidade do gênero como questão essencial aos debates sobre colonialidade e hegemonia eurocêntrica.

Já me questionaram várias vezes o que justificaria, afinal, estudar conceitos e padrões vigentes de sexo e gênero – e outros a eles relacionados, como identidade de gênero e orientação sexual – quando meu objetivo último é compreender as manifestações e alcance das relações de poder do Estado. Em outros termos, o que as pessoas querem saber é que relação eu identifico entre poder, Estado e as expressões e práticas que envolvem a sexualidade humana.

Explico, então, que a relevância da questão se deve ao fato de que os conceitos e padrões de sexo e gênero são usados como instrumentos de legitimação e reprodução da violência empregada em diversos contextos e instituições, a fim de manter relações de superioridade e inferioridade. Após os estudos que realizei das lições de Joan Scott (1990), entendi que o gênero é mais que um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Trata-se de uma forma primária de significação das relações de poder a partir da articulação de quatro elementos inter-relacionados: os símbolos, que dizem respeito à atribuição de significados; os conceitos normativos a partir dos quais os símbolos são interpretados; as concepções de política, instituições e organizações sociais e, ainda, as identidades subjetivas.



Entendo que as conexões percebidas entre gênero e poder justificam, portanto, a necessidade de considerá-lo como categoria de análise histórica, política e econômica, a fim não só de dar visibilidade à história das mulheres, mas principalmente para abrir espaço para uma nova perspectiva da história em geral. A sua utilização como categoria analítica expõe a relação intrínseca – e por muito tempo invisibilizada - entre gênero, poder, política e economia.

Quanto aos procedimentos adotados, procurei seguir as recomendações de Scott (1990) quanto à observância de alguns critérios ao empregar o gênero como categoria analítica. Segundo a autora, devemos considerar primeiramente os processos, o que significa entender antes o “como aconteceu” para só então buscar o entendimento do “por que aconteceu”. É preciso também substituir a noção de poder centralizado e considerar a existência da multiplicidade das relações de poder. Nas nossas análises devemos refutar os universalismos e tentar compreender os contextos em suas especificidades. E o mais importante, nossos estudos devem buscar identificar as possibilidades de agência humana para a construção de uma identidade de gênero.

O que apresento nesse texto é o resultado parcial da revisão bibliográfica que está em curso. Ao escrevê-lo não tive a pretensão de esgotar nenhum dos temas abordados, tampouco quis apresentar conclusões definitivas sobre as questões suscitadas, já que dizem respeito a uma pesquisa que se encontra na fase inicial do seu desenvolvimento.

## **2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Começo minhas análises apresentando alguns eventos históricos ocorridos a partir do século XV. Para fins da discussão que me proponho fazer, considero relevantes dois marcos principais: a política de expulsão do “outro” vivenciada na Europa - onde a crise do feudalismo levou à formação do Estado nacional sob o financiamento dos senhores feudais - e a invasão da América Latina pelo colonizador europeu. Entendo que são fatos relevantes a partir dos quais se desencadeou um complexo processo que, dentre outras consequências, possibilitou





a formação e consolidação dos conceitos e estereótipos de sexo e gênero ainda aceitos e reproduzidos no século XXI.

A constituição do Estado nacional, cujo objetivo principal foi proteger a propriedade privada e os interesses dos senhores feudais, fez emergir a necessidade de uniformização das instituições e a padronização se tornou a regra desde então. A noção de nacionalidade, por sua vez, nasceu da necessidade de se estabelecer uma identificação e o sentimento de pertencimento entre grupos étnicos e culturais diversos. A invenção da nacionalidade e a subordinação a um monarca absolutista acabou por encobrir a pluralidade identitária não só na Europa, mas principalmente nas suas colônias, tudo em nome do controle e da ordem.

Para Bourdieu (2014) nossa compreensão do funcionamento do Estado depende do entendimento prévio que temos ou não do funcionamento das estruturas estatais. O autor explica que, diferentemente do que há séculos é apregoado pelas teorias políticas clássicas, a criação do Estado não teve em vista a realização do bem comum, mas sim a proteção da propriedade privada. Isso porque a concessão da propriedade privada funcionou naquele momento - assim como hoje - como meio de adesão do povo à ordem social recém estabelecida. A integração lógica, moral e o consentimento são essenciais à existência do Estado, por isso, precisamos considerar que a ordem pública vai além do uso legítimo da violência física, abarcando também o consentimento, fator indispensável à legitimação dos atos estatais.

Desde sua criação na Europa do século XV o Estado nacional se impôs como o detentor exclusivo da violência física e simbólica contando com estruturas objetivas e mentais que, articuladas ao exercício de suas funções coercitivas e disciplinadoras, asseguram a integração lógica e moral. Podemos entender o poder simbólico como o conjunto de símbolos empregados como instrumentos de integração social, de produção e materialização do poder junto àqueles que os detêm. É a partir desse processo de integralização simbólica que ocorre a reprodução e a reafirmação dos parâmetros da ordem social. Por meio desse



sistema simbólico emergem os valores políticos e culturais responsáveis pela legitimação do poder. (BOURDIEU, 2014)

Dentre as funções exercidas legitimamente pelo Estado está a produção de classificações sociais e das identidades a partir das quais o valor social é atribuído, bem como o maior ou menor acesso aos direitos. Aquele que detém o poder simbólico detém também o poder eficaz das classificações. Assim, entendo que a luta fundamental é aquela que diz respeito às classificações que acontecem nos espaços sociais, não sendo possível, portanto, a compreensão dos padrões estereotipados de gênero e seus efeitos sociais, políticos e econômicos sem levar em conta o papel exercido pelo Estado e todo o seu aparato institucional. (BOURDIEU, 2003)

Além da formação do Estado nacional, identifiquei como outro marco histórico para minhas pesquisas a invasão da América Latina pelo colonizador europeu. O ano de 1492 é um marco simbólico para os estudos decoloniais por ser a data da chegada do colonizador europeu à América Latina, fato que dará início à construção do sistema - mundo moderno e à imposição da hegemonia europeia em todos os campos. Desde então, a consolidação da hegemonia europeia, da lógica “nós” e os “outros” e da lógica binária reproduzida desde a família nuclear burguesa até as relações internacionais mudaram a face do planeta e deram origem ao sistema colonial moderno.

Mas, afinal, qual a relação entre a criação do Estado nacional e o contato com outros povos e a compreensão atual do sexo, da sexualidade e do gênero? Acredito que a resposta a essa questão vem do entendimento acerca das seis principais características do sistema-mundo moderno, sendo elas: a uniformização, a lógica binária de subalternidade, a linearidade histórica, o universalismo europeu, a invenção do indivíduo, a compreensão da natureza como recurso e da mulher como natureza.

Por um lado, a uniformização necessária à formação do Estado Nacional se deu com o total encobrimento da diversidade e do pluralismo, o que só foi possível graças à adoção do pensamento fundamentado na lógica binária de subalternidade que estabeleceu, por sua vez, relações de subordinação baseadas





em noções de superioridade versus inferioridade. Já a linearidade histórica se refere à premissa da existência de um único caminho a ser seguido rumo à evolução da humanidade e que levou à imposição a diversos povos – sobretudo os não europeus – de classificações segundo graus diferentes de desenvolvimento e civilização. Enfim, a concretização do universalismo europeu se deu por intermédio da disseminação de uma racionalidade local como verdade única e incontestável entre povos e culturas diversas. Dessa forma se estabeleceu entre a cultura europeia e as outras culturas uma relação de exterioridade e dominação.

Para Dussel, “este processo não é anedótico ou simplesmente histórico: é, além disso, o processo originário da constituição da subjetividade moderna” (DUSSEL, 1993, p.16). Ele destaca o papel determinante do ego conquistador, fálico e inerentemente violento do colonizador, que lançou mão da violência erótica como arma de dominação. A América Latina – primeira colônia da Europa – funcionou como laboratório de experimentação das práticas de subordinação dos povos conquistados por meio da adoção de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica e de domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos e de instituições criadas por uma nova burocracia política.

A seguir, apresento de forma concisa alguns conceitos - chave criados pelo grupo Modernidade/Colonialidade que me ajudaram a compreender a complexidade e a dimensão dos efeitos advindos da hegemonia e do universalismo europeu sobre os povos colonizados desde o século XV.

### **3 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE COLONIALISMO, COLONIALIDADE E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO**

Quijano criou o conceito de colonialidade do poder a fim de explicar como a construção do sistema-mundo capitalista moderno colonial teve por pilar a hierarquia étnico-racial que determinou a divisão internacional do trabalho e dos recursos. De acordo com o autor, a colonialidade do poder abrange o controle da economia a partir da imposição de um único modo de produção possível, que é o sistema capitalista idealizado pelo europeu. Diz respeito também ao controle da



autoridade coletiva com a criação do Estado Nacional que, visando a ordem e o controle das subjetividades, impôs políticas de identidade a seus cidadãos e aos povos colonizados. Já a imposição da razão universal e do cientificismo levou à invisibilização de saberes diversos e ao epistemicídio de complexas culturas não europeias, sobretudo na América Latina e África, assegurando a hegemonia da racionalidade eurocêntrica. Por fim, quanto ao tema central desse estudo, o controle do gênero e do sexo foi assegurado pela construção de um sólido sistema patriarcal e machista. (QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013)

Para Quijano, desde a invasão da América Latina pelo colonizador europeu a população mundial tem sido classificada segundo diferenciações étnico-raciais e a diferença colonial é instituída por intermédio das relações de exploração, dominação e conflito da raça, do sexo e do trabalho, respectivamente, fixando o antagonismo histórico, binário e hierarquizado entre colonizado e colonizador. (QUIJANO, 2005)

Apreendo, a partir das ideias de Quijano, o colonialismo e a colonialidade como pedras angulares do poder global que se estabeleceu à partir do século XV com a chegada do europeu à América Latina. O colonialismo aqui entendido como a dominação política, formal e explícita de umas sociedades sobre as outras tendo por fundamentação distinções raciais e étnicas. Já a colonialidade se refere à racialização como contexto principal no qual se estabeleceram as demais relações de poder. A colonização impôs um modo próprio de subjetivação, a colonialidade, entendida como um padrão de poder que perdurou mesmo após o fim do colonialismo (relação político-administrativa entre metrópole e colônia). Concluo, portanto, que a colonialidade se instituiu como forma de produzir hierarquias e identidades.

A racionalidade moderna e o cientificismo se encarregaram da legitimação do padrão de poder colonial. Por meio da universalização e hegemonia da racionalidade científica europeia e do epistemicídio o colonizador europeu estabeleceu o que é verdade e o que não é crível, ignorando a ocorrência de sistemas de conhecimento distintos entre os povos colonizados. Refiro-me ao nascimento da geopolítica do conhecimento com a imposição do eurocentrismo,



efetivado com a disseminação pela Europa e suas colônias da razão universal, do cientificismo e da diferença colonial epistêmica. Trata-se da colonialidade do saber.

Mignolo discute os efeitos da colonialidade sobre os saberes e avalia alternativas de enfrentamento e superação da dominação colonialista. Merece destaque a defesa feita pelo autor da desobediência epistêmica, da decolonialidade de pensamento e da identidade em política como caminhos possíveis. Para ele, a opção decolonial pede desobediência epistêmica e política, pois visa conseguir o agenciamento dos colonizados tornando-os sujeito da própria história. A proposta defendida é a substituição da política de identidade imposta pelo colonizador pela identidade em política, que asseguraria o direito à diferença e a liberdade para a construção da identidade fora da política racionalizada e hierarquizada europeia fundamentada em conceitos ideológicos. (MIGNOLO, 2007)

Segundo Mignolo, a identidade na política é um movimento necessário de pensamento e ação no sentido de romper as grades da moderna teoria política eurocêntrica, que é racista e patriarcal por negar o agenciamento político às pessoas classificadas como inferiores em termos de gênero, raça, sexualidades, etc. A outra tese defendida – a da desobediência epistêmica - se fundamenta no fato de que essas pessoas, consideradas inferiores, tiveram o agenciamento epistêmico negado pela mesma razão. Assim, toda mudança de descolonização política (não racista, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica. (MIGNOLO, 2007)

O autor aponta caminhos que passam por todos os setores – propostas políticas, econômicas e educacionais - visando alcançar o agenciamento para os colonizados tornando-os sujeitos da sua própria história a partir de uma desconstrução completa do que ele chama de “retórica da modernidade” fundamentada nos ideais de salvação e boa vida, apropriação da terra, desprezo pela vida humana e exploração do trabalho alheio. Mignolo destaca ainda que uma vez que os discursos hegemônicos europeus criaram a política de identidade, não serão encontrados caminhos para a pretendida desconstrução dentro desses mesmos discursos hegemônicos que negaram agenciamento político e epistêmico àqueles considerados inferiores a partir da classificação moderna.



A política de identidade à qual se refere o autor diz respeito à idealização de uma identidade nacional branca, cristã e burguesa implementada às custas de políticas de branqueamento das populações coloniais. Busquei destacar acima que a política de identidade europeia se pautou desde o início numa igualdade que desrespeita as diferenças; já a identidade na política defendida por Mignolo estaria fundamentada no direito à diferença e na liberdade de construção da identidade fora da política racializada e hierárquica europeia.

Estudando as propostas de Mignolo compreendo que a identidade em política deve ser entendida como uma maneira de pensar decolonialmente, pois todas as outras formas de pensar significariam permanecer na razão colonial, ou seja, dentro da política colonial de identidades. Nesse sentido, devemos estar atentos às críticas feitas ao pensamento europeu quando originados desse mesmo contexto epistemológico, uma vez que estão fundamentados nas razões ocidentais. Justifica-se, assim, o papel desempenhado pela desobediência epistêmica defendida pelo autor (MIGNOLO, 2007).

Mignolo apregoa, enfim, que a pretendida mudança requer alternativas ao sistema dicotômico hierárquico engendrado - herança colonial - a fim de superar a insuficiência de categorias analíticas. As mudanças passariam pela valorização dos saberes subalternos e a criação de novas propostas epistemológicas. O autor entende que os significados e as interpretações de conceitos devem considerar a multiplicidade de tradições, culturas e relações de poder que ligam os sujeitos numa sociedade, logo, precisamos ler o social a partir das cosmologias que o informam. (MIGNOLO, 2007).

Encerro essa sessão ressaltando que a desobediência epistêmica defendida não pretende tirar a legitimidade do pensamento europeu, mas sim criticar sua imposição colonial e universal. Voltarei nessa questão adiante ao tratar sobre o uso universalizado do conceito de gênero.

#### **4 O SISTEMA MODERNO COLONIAL DE GÊNERO**



Nessa sessão apresentarei alguns pontos que considero centrais no pensamento Maria Lugones para minha compreensão do processo de imposição colonial dos padrões de gênero vigentes ainda hoje. Farei isso por meio de comentários a dois textos: *Colonialidad y Género* de 2008 e *Rumo a um feminismo descolonial* de 2010.

No seu artigo *Colonialidad y Género* de 2008, Lugones aponta como principais objetivos da sua discussão: caracterizar a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, mostrar que o sexo biológico também é uma construção social e realizar uma crítica à indiferença dos homens frente à colonialidade de gênero das mulheres de cor. Outro ponto de destaque são as fortes críticas dirigidas à Quijano para quem, alerta Lugones, o sexo parece ser inquestionavelmente biológico o que atribui uma perspectiva patriarcal e heterossexista ao conceito de colonialidade do poder cunhado pelo autor. A autora argumenta que ao considerar apenas o sexo biológico, seus recursos e produtos ao analisar a dinâmica da colonialidade do poder, como faz Quijano, não é possível compreender os efeitos da política de identidade eurocêntrica sobre o gênero. Ela explica:

Quijano entiende que el poder está estructurado en relaciones de dominación, explotación, y conflicto entre actores sociales que se disputan el control de «los cuatro ámbitos básicos de la existencia humana: sexo, trabajo, autoridad colectiva y subjetividad/intersubjetividad, sus recursos y productos» (2001-2002:1). Este análisis de la construcción moderna/colonial del género y su alcance es limitado. La mirada de Quijano presupone una comprensión patriarcal y heterosexual de las disputas por el control del sexo y sus recursos y productos. Quijano acepta el entendimiento capitalista, eurocentrado y global de género. (LUGONES, 2008, p. 58)

Entendo, a partir das explicações de Lugones, que o conceito de colonialidade do poder de Quijano acaba reproduzindo uma ideia estreita e hiperbiologizada do gênero ao pressupor o dimorfismo sexual, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder e outras pressuposições desse tipo. Não estou aqui questionando o mérito das ideias de Quijano, mas sim discutindo suas limitações. O autor explica o sistema de poder capitalista do mundo como fundamentado na colonialidade e tendo na racialização o fator inerente às relações de dominação, exploração e conflito. Ao introduzir a discussão sobre a colonialidade do gênero,



Lugones amplia as análises sobre o processo de inferiorização próprio da colonialidade. A meu ver, se trata, portanto, de teorias que se complementam.

Outra questão que se destaca nas ideias de Lugones é a interseccionalidade entre raça, gênero e sexo. A autora argumenta que a análise isolada das categorias leva à invisibilização da relação de sobreposição de opressões que se estabelece entre elas e explica que “al incluir estos elementos en el análisis de la colonialidad del poder trato de expandir y complicar el enfoque de Quijano que considero central a lo que llamo el sistema de género moderno/colonial”. (LUGONES, 2008, p. 59)

Para entender a teoria do sistema de gênero moderno/colonial de Lugones precisamos considerar que antes da invasão colonial havia sociedades que não adotavam a organização social baseada no binarismo de gênero e nas classificações hierarquizadas entre eles. A classificação binária surge nessas sociedades como imposição do colonizador europeu, por isso a defesa que ela faz do sistema de gênero como construção moderno colonial. A imposição das categorias de gênero, sexo e raça a sociedades que desconheciam tais classificações determinou uma completa reestruturação social. O estudo realizado por Oyèrónké Oyèwùmí em sociedades iorubás na África demonstra exatamente isso.

Oyèwùmí explica que entre os iorubás o princípio fundamental da organização social local é a hierarquia familiar baseada no critério da antiguidade e que privilegia as pessoas mais velhas. Por essa razão o iourubá é uma linguagem sem gênero que apresenta homens e mulheres como linguisticamente os mesmos. As categorias linguísticas existentes expressam apenas diferenças anatômicas, são relacionais e não possibilitam a escolha do pronome de tratamento masculino, feminino ou neutro. Entretanto, o colonizador leu e interpretou os costumes iorubás com as lentes gendradas eurocêtricas. As categorias ocidentais de gênero foram impostas pelo processo de colonização e permaneceram como resquícios desse processo. Como as sociedades iorubás não se organizavam a partir do gênero, a colonização impôs também uma nova forma de organização social. (OYÈWÙMÍ, 2004)





A autora chama a atenção para o problema da tradução colonial e para o papel da linguagem na construção das categorias de gênero. A linguagem colonizadora imposta aos iorubás era uma linguagem com gênero na qual o masculino se sobrepõe como categoria privilegiada. Com isso, significados tradicionais iorubás foram apagados pela tradução, sobretudo com a prescrição dos pronomes de gênero. Novos significados e categorias foram introduzidos nas narrativas alterando a compreensão da realidade local onde as relações se fundamentavam na coletividade e não no indivíduo.

No entendimento de Lugones os estudos realizados por Oyèwùmí reafirmam sua convicção quanto à limitação das ideias de Quijano sobre o gênero. Ela enfatiza que:

Como el capitalismo eurocentrado global se constituyó a través de la colonización, esto introdujo diferencias de género donde, anteriormente, no existía ninguna. Oyéronké Oyewùmi (1997) nos ha enseñado que el sistema opresivo de género que fue impuesto en la sociedad Yoruba llegó a transformar mucho más que la organización de la reproducción. Su argumento nos muestra que el alcance del sistema de género impuesto a través del colonialismo abarca la subordinación de las hembras en todos los aspectos de la vida. Esto nos lleva a ver el análisis del alcance del género en el capitalismo global eurocentrado de Quijano como bastante más limitado de lo que parece a primera vista. (LUGONES, 2008)

Outra questão importante abordada por Lugones é a função exercida pela religião no processo de imposição dos padrões de gênero como elemento da estratégia colonialista de racialização. A conquista espiritual do colonizador europeu sobre os povos originários se deu com a imposição do cristianismo e tinha em vista a adoção de um critério ético absoluto que funcionasse como justificativa legitimadora da conquista violenta. O que ocorreu foi a cominação do cristianismo patriarcal sobre uma espiritualidade ginocêntrica indígena com a cooptação dos homens colonizados para a ocupação de papéis patriarcais e o estabelecimento de diferentes status entre as mulheres brancas, negras escravizadas e indígenas numa categorização sempre hierárquica e binária.

As estratégias civilizatórias cristãs incluíam ainda a marcação da sexualidade feminina como maligna, o emprego da dicotomia hierárquica de gênero



como fator de avaliação e a normatividade que conectava gênero e civilização como fator determinante no controle das práticas reprodutivas e sexuais dos povos colonizados. Por outro lado, a mulher europeia burguesa não era entendida como complemento do homem, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (LUGONES, 2014)

No artigo Rumo a um feminismo decolonial de 2010, Lugones expande suas análises e parte para uma discussão sobre alternativas de enfrentamento e superação da colonialidade do gênero. Ela defende a necessidade de uma releitura da modernidade capitalista colonial moderna por meio da reinterpretação das narrativas, categorias e perspectivas sobre a modernidade que estão postas. Para isso, propõe a construção de um novo quadro conceitual que permita compreender a relação entre raça, gênero e a heterossexualidade normativa em substituição ao quadro conceitual construído pela modernidade que não contempla a interseccionalidade.

Após explicar detalhadamente como na modernidade se impôs uma classificação fundamentada na lógica categorial, dicotômica e hierarquizada, implicando numa classificação fundamentada em pares de opostos binários que estabeleceram relações de subordinação, Lugones assinala como alternativa ao sistema moderno colonial de gênero o rompimento com a lógica categorial moderna e a busca por uma organização “não moderna”.

No texto de 2010 Lugones faz a defesa do feminismo decolonial como estratégia de enfrentamento do sistema moderno colonial de gênero. Trata-se de uma vertente do movimento feminista cujo diferencial mais importante é o respeito às particularidades dos povos, sobretudo quanto às diferentes experiências de colonização e efeitos da colonialidade. O feminismo decolonial propõe alternativas epistemológicas e metodológicas, dentre elas a valorização das narrativas de resistências históricas opostas ao colonizador como meio de agenciamento dos povos subalternos; a leitura do social a partir das cosmologias que o informam; o abandono das hierarquias dicotômicas que diferenciam os seres humanos e a



adoção da lógica de coalização em substituição à lógica da opressão colonial europeia.

## 5 O FEMINISMO DECOLONIAL

Acredito que ao chegar nesse ponto das minhas exposições eu tenha conseguido cumprir com o objetivo inicialmente proposto que era explicar como se deu o processo de construção do sistema moderno colonial de gênero. Eu poderia, portanto, passar às considerações finais do meu trabalho e dar por encerrada essa atividade. Entretanto, não fui capaz de ignorar as perguntas que se multiplicavam na minha cabeça enquanto eu escrevia esse texto. Todas elas relativas às possibilidades de enfrentamento e superação da ordem sexual e de gênero consolidada. Por essa razão decidi escrever essa última sessão na qual apontarei algumas críticas e alternativas defendidas por feministas decoloniais. Somarei às ideias já presentes nesse estudo de Maria Lugones e Oyèrónké Oyèwùmí certos pontos importantes do pensamento de Lélia Gonzales e Ochy Curiel.

O feminismo decolonial de Lélia Gonzalez se manifesta nas suas publicações por meio de críticas ao feminismo hegemônico branco de matriz eurocêntrica por invisibilizar as diferentes lutas contra o patriarcado de mulheres pertencentes a culturas diversas. Gonzalez se insurge sobretudo contra a universalização dos conceitos europeus de sexo e gênero. Ela explica que por se tratar de formações conceituais decorrentes da interpretação de relações de poder situadas entre sujeitos inseridos em famílias mononucleares, burguesas, brancas e cristãs, o emprego universalizado desses conceitos a realidades sociais, econômicas e culturais distintas é absolutamente inadequado. (CARDOSO, 2014)

Em *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*, Cardoso (2014) nos proporciona uma visão das principais ideias da autora que usava suas experiências pessoais e textos autobiográficos como principais fontes de informação e inspiração. Fiel à proposta de construção de um paradigma decolonial e à busca por uma epistemologia feminista, em suas publicações Gonzalez recorre a uma linguagem fora do modelo acadêmico e das normas e regras gramaticais como



forma de oposição à colonialidade do poder e do saber. Com isso ela procura se afastar da visão de mundo e do pensamento moderno europeu e dar destaque ao protagonismo do sujeito em detrimento das imposições normativas coloniais.

A implementação do pretendido feminismo descolonizado baseado no protagonismo das mulheres historicamente marginalizadas requer o afastamento dos universalismos e a identificação dos aspectos comuns e das particularidades da experiência colonial de cada povo. Nesse sentido, Gonzalez critica as feministas brancas pelo esquecimento do racismo o que, segundo a autora, reflete a visão de mundo eurocêntrica e colonialista da realidade. Para ela a relação entre gênero, raça e classe é um aspecto crucial a ser considerado na busca por novas epistemologias que ofereçam sustentação ao feminismo decolonial.

Oyèwùmí também é crítica quanto às origens dos conceitos de sexo e gênero e sua fundamentação na realidade euroamericana, sobretudo na estrutura mononuclear das suas famílias. Segundo a autora, os discursos euro-americanos de proteção aos valores e princípios familiares não raro servem para justificar relações de opressão e misoginia. Assim como Gonzalez, ela chama a atenção sobre a inviabilidade e impropriedade da universalização das teorias do feminismo branco europeu devido às suas origens nas experiências vivenciadas pelas mulheres burguesas brancas.

Entendo que o argumento de Oyèwùmí é simples, objetivo e incontestável: sendo o gênero uma construção social ele não pode, exatamente por essa razão, ser universalizado. Dessa maneira, para compreender a complexa relação entre sexos/gêneros e seus reflexos na sociedade é indispensável considerar as particulares de cada cultura. Os significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais locais. (OYEWUMI, 2004).

A teoria de Oyèwùmí chama a nossa atenção para a necessidade de compreender as relações humanas sob a perspectiva de culturas diferentes da estadunidense e da europeia, pois essa nova perspectiva poderia dar ensejo a abertura de novos caminhos que levariam a espaços nos quais os subalternos e oprimidos assumiram o local de agente da própria história.



Uma teórica do feminismo decolonial que eu não poderia deixar de citar é Ochy Curiel (2015). Ela é ainda mais enfática ao abordar as relações hierárquicas e de subordinação existentes dentro do próprio feminismo. Curiel alega que as feministas do norte global tomam as feministas do chamado terceiro mundo como vítimas e não como agentes de sua própria história. Isso ocorreria em decorrência da colonialidade que alcançou o movimento feminista como mais um efeito do sistema mundo moderno. Por essa razão, as produções feministas latino-americanas não são vistas como acadêmicas, faltando reconhecimento dentro da própria América Latina e, especialmente, na Europa e nos Estados Unidos que se mantêm como principais referências. Assim como as outras autoras citadas acima, Curiel critica a adoção do gênero como categoria de análise universal e aponta a interseccionalidade como elemento essencial às análises sobre opressão e subalternização.

Dentre as propostas epistemológicas e metodológicas de Curiel vale destacar a sua defesa do feminismo como teoria social e a importância que ela atribui ao intelectual como protagonista no processo de desconstrução do pensamento hegemônico. Para ela, a descolonização do pensamento requer articulação entre a teoria produzida na academia e as práticas advindas do ativismo político. Ela explica que é necessário livrar o conhecimento das ataduras impostas pelos métodos ilustrados e racionais e da sua pretensão de universalização totalizadora, assumindo em contrapartida narrativas independentes e autônomas. (CURIEL, 2015)

## 6 CONCLUSÃO

O colonizador europeu estabeleceu as categorias dicotômicas e hierarquizadas do humano e não humano - a colonialidade do ser – por meio de práticas de desumanização constitutiva próprias do sistema moderno colonial. Procurei explicar que de acordo com o sistema europeu moderno, burguês e cristão apenas o homem heterossexual deveria ser considerado sujeito agente e atuante na vida pública por ser dotado de racionalidade tornando-se, então, a medida para



todas as coisas e todas as definições. Trata-se da compreensão normativa do homem, o ser humano por excelência. Aos colonizados não brancos – sobretudo às mulheres – se atribuiu a classificação taxonômica aplicada aos animais entre machos e fêmeas por não serem vistos como humanos.

Conforme evidenciado, portanto, a colonialidade criou o gênero que não existia antes da modernidade não cabendo, por isso, como categoria analítica de cosmologias não modernas. Os colonizados não entraram na categoria “humanos” da compreensão normativa do colonizador, uma vez que foram classificados à partir da taxonomia destinada aos animais. Assim, para os colonizados, sexo e gênero teriam existências isoladas. O colonizador europeu seria o humano civilizado, racional e superior, enquanto os povos não brancos colonizados foram lidos como selvagens e ligados à natureza.

Procurei evidenciar ao longo do texto que a colonização do conceito de sexo e gênero foi parte do complexo processo de racionalização indispensável à construção do Estado Nacional e da modernidade sendo necessária, portanto, uma análise crítica do emprego dos referidos conceitos. A tradução colonialista alterou e distorceu símbolos, sentidos e significados presentes em culturas diversas e nesse processo a colonialidade de gênero se impôs e, ao mesmo tempo, foi invisibilizada. Houve um apagamento dos mundos não modernos e dos seus sistemas não dicotômicos e não binários de organização social.

A colonialidade impôs um sistema dicotômico, heterossexual, hierárquico e racializado do gênero que serviu de lentes na leitura feita das categorias relacionais existentes entre os povos originários colonizados, mas a tradução colonialista camuflou essa imposição violenta e o epistemicídio por ela causado. Decorre daí a necessidade de um arcabouço epistêmico alternativo que considere a resistência expressa infrapoliticamente e o exercício da subjetividade ativa por meio de práticas de coalização e multiplicidades.

Todas as autoras estudadas ressaltam a necessidade de se desconstruir o sistema dicotômico hierárquico engendrado colonial, superar a insuficiência de categorias analíticas e valorizar saberes subalternos com novas propostas epistemológicas. Isso quer dizer que significados e interpretações de conceitos





devem considerar a multiplicidade de tradições, culturas e relações de poder que ligam os sujeitos numa sociedade. Em outras palavras, devemos ler o social a partir das cosmologias que o informam.

Dentre as alternativas encontradas durante minhas pesquisas surgiu a proposta de um feminismo decolonial que resiste ao hábito epistemológico de apagamento das diferenças coloniais por meio do uso universal das categorias analíticas e leituras fundamentadas apenas no sistema colonialista dicotômico e racializado. O feminismo decolonial é apresentado como aquele que busca enfatizar as subjetividades ativas visualizadas nas vidas vividas e em todas as formas de resistência - abertas ou não - à colonialidade. A vida vivida na comunidade, nas relações, na solidariedade contrária à lógica do capital é apontada como resposta à colonialidade e se mostra como opção que torna possível a elaboração de respostas alternativas.

Concluo que o caminho de enfrentamento e superação do sistema moderno colonial de gênero passa pela ênfase na multiplicidade, pela busca por uma ética da coalização, por fontes alternativas de sentidos e pela lógica da diferença. Entendo a lógica da coalização e da multiplicidade como sendo aquela que deve ser experienciada no cotidiano da vida vivida e no aprendizado umas com as outras sem que haja o apagamento das diferenças coloniais.

Diante da insuficiência e limitação dos conceitos de sexo e gênero europeu, capitalista e patriarcal para explicar as diversas formas de identidades, orientações e vivências da sexualidade humana, o que o feminismo decolonial propõe é a busca por uma nova epistemologia que se afaste do eurocentrismo e desconstrua as estruturas que mantêm o pensamento, o corpo, o sexo e o gênero colonizados. Devemos substituir a lógica dicotômica e a epistemologia colonial por novos modelos que permitam o agenciamento dos subalternos através de novos caminhos epistemológicos.

Acredito que para isso seja necessário avaliar a possibilidade de um diálogo intercultural que aponte alternativas que viabilizem a libertação do oprimido, do outro e que permita a superação da situação assimétrica de exclusão imposta desde a colonização que teve início em 1492.



## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro decolonial**. Em Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, jan. 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/28579>>. Acesso em: 30/06/2021.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America latina y el Caribe**. Disponível em: <[https://feministas.org/IMG/pdf/Ochy\\_Curiel.pdf](https://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf)>. Acesso em: 18/08/2021.

DUSSEL, Henrique. **1492: O encontro do outro**. (A origem do “mito da Modernidade”). Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Disponível em: <<http://dev.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em: 03/06/2021.

\_\_\_\_\_. **Rumo a um feminismo descolonial**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 13/08/2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **La descolonizacion y el giro des-colonial**. In: *Tabula Rasa*. Bogotá, no. 9, pp 61-72, Julio-Diciembre, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Disponível em: <[https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9\\_o](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_o)>



y%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD\_-\_conceitualizando\_o\_g%C3%AAnero.\_os\_fundamentos\_euroc%C3%AAntrico\_dos\_conceitos\_feministas\_e\_o\_desafio\_das\_epistemologias\_africanas.pdf>. Acesso em: 13/04/2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad-racionalidad**. In: BONILLO, Heraclio (comp.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.